

Economia poderá ter

a

Brasil
Jornal de Brasília

crescimento de 7%

A economia brasileira apresentará uma expansão média de 7% ao ano, superior às estimativas preliminares que indicavam um crescimento entre 5 a 6%. Foi o que disseram ontem ao presidente José Sarney os ministros do Planejamento, João Sayad, e da Fazenda, Dilson Funaro, durante amplo relato dos dois primeiros meses da reforma econômica, no Palácio do Planalto.

A análise governamental insiste que não existe superaquecimento na economia. As vendas de março e abril aumentaram em relação ao mesmo período do ano passado, quando a economia ainda estava saindo da recessão. A avaliação real sobre o aumento de consumo se dará com os dados de maio, quando o governo espera um ajustamento das vendas.

A interpretação do governo, portanto, é de que o nível de consumo ainda é inferior ao registrado em 1980 e não causa maiores preocupações. Não teria havido, até agora, por causa do aumento de consumo, qualquer pressão inflacionária.

Para o Palácio do Planalto, esse dado parece suficiente para sinalizar positivamente ao setor privado que o propósito governamental é de manter o crescimento econômico. A partir de novas estimativas sobre a expansão do PIB (soma de bens e serviços produzidos no País), o governo quer garantir as condições para sustentar o crescimento.

Investimentos

Com esse propósito, segundo se discutiu na reunião entre Sarney e Sayad e Funaro, o estado deverá aumentar seus investimentos em setores importantes para complementar os investimentos privados. É o caso de inversões nos setores petroquímicos e elétricos. Nesse contexto, alguns projetos que foram desacelerados no ano passado podem voltar a ser retomados para, uma vez concluído, possibilitar um salto qualitativo da produção, com isso evitando pressões inflacionárias futuras por causa do crescimento do consumo.

Durante a reunião de ontem, o presidente José Sarney cobrou do minis-

tro do Planejamento o Plano Plurianual de Investimento 1986-1909. Sayad prometeu que entregará o primeiro detalhamento no final de maio. O ministro disse que o Plano reafirma as prioridades com investimento no campo social.

Ao projetar um crescimento médio de 7% ao ano para a economia, o governo procura demonstrar o peso positivo da reforma deflagrada a 28 de fevereiro. Estudo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), elaborado antes do pacote econômico, assinala que este ano o País alcançará o PIB per capita de 1980. Em 1990, o PIB per capita será nas hipóteses consideradas pelo governo, 23% superior ao de 1980. Mesmo na nova conjuntura econômica, o BNDES mantém seu cenário macroeconômico.

Pelo seu estudo, o produto industrial crescerá em média 8,7% ao ano, o produto dos serviços à taxa média de 7,8% ao ano e a agropecuária a 5,2%. A remessa de recursos para o exterior deverá decrescer de 5,1% em 1981, para 2,4% ao final da década. O consumo e o investimento crescerão a taxas elevadas. Em termos de taxas médias, o consumo crescerá 7,6% ao ano, o que significa um aumento do consumo per capita de mais de 5% anual, e o investimento a 12,4% por causa de recuperação maior no final do período. A relação capital/produto permanece em torno de 2,6 valor que o BNDES considera elevado em face da retomada e ocupação de capacidade ociosa.

A poupança interna e o investimento, de outro lado, permanecerão em níveis inferiores à experiência histórica. Na década de 70, a taxa de investimento médio foi de 25,2%, alcançando o pico de 30% em 1975. Em todos os anos apresentou valores acima dos estimados pelo BNDES até 1990. Quanto à poupança interna (investimento mais saldo em conta corrente do balanço de pagamentos), também ficará inferior à taxa histórica, não alcançando os 20%.